

Carta do Gestor – Fevereiro de 2023**SUNO AGRO – FIAGRO-IMOBILIÁRIO – SNAG11****Coluna Agro****Padrões de crescimento da economia agropecuária: Brasil e Estados Unidos**

Este breve comentário discute as tendências extraídas de duas figuras apresentadas adiante, as quais respondem graficamente a uma pergunta: quais fatores de produção explicam (e sob quais impactos) o crescimento da economia agropecuária em dois países, o Brasil e os Estados Unidos? Os dados exploram longos períodos da história rural (pelo menos meio século), em ambos os casos e, em face das similaridades produtivo-tecnológicas e econômico-financeiras, são figuras extraordinárias para efeito comparativo, produzindo inúmeras possíveis conclusões. Prima facie, são figuras que inicialmente se destacam pela grande aproximação das tendências apontadas, conforme o fator de produção, o fato indicando claramente que o regime econômico que sustenta os respectivos setores segue uma natureza essencialmente semelhante. A exceção sendo a comparação entre as curvas de capital, como será comentado.

A trajetória da vida social rural e muitas outras particularidades, no Brasil e nos Estados Unidos, são profundamente distintas, mas não no tocante à lógica econômica geral e os formatos tecnológicos, os quais seguem o mesmo padrão geral nas décadas mais recentes. Em particular, no presente século tem sido notável examinar a natureza e o ritmo das mudanças produtivas e tecnológicas no âmbito da economia agropecuária brasileira e perceber a sua crescente convergência com o padrão norte-americano. Nesse sentido, um recentíssimo artigo de Geraldo de Barros (Cepea/Esalq) comprova essa aproximação, ao demonstrar que mesmo os preços de alimentos básicos destinados para o consumo interno no Brasil parecem seguir as variações monetárias (o câmbio em dólar) dos mercados globais (Barros, 2022, p. 174).

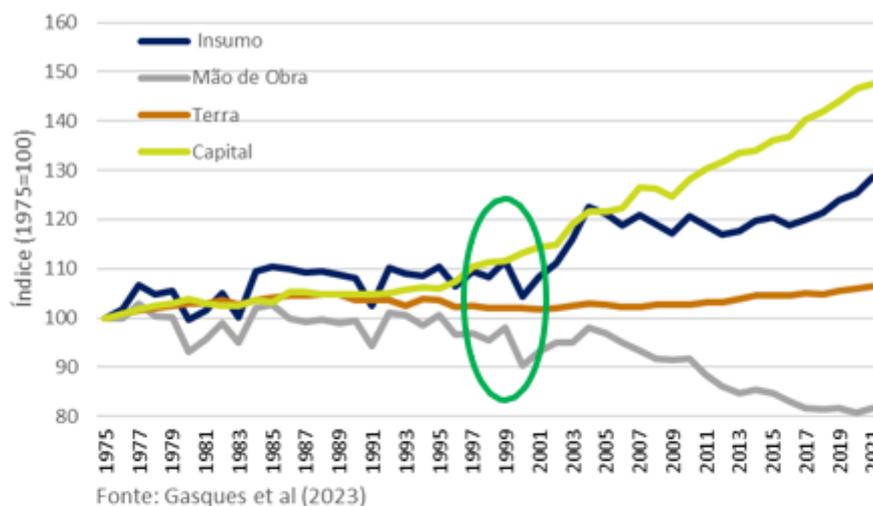
Um comentário a partir das figuras apresentadas a seguir demonstra diversas tendências relevantes a partir das evidências gráficas. Se associadas às respectivas histórias rurais dos dois países, poderiam se tornar longas demonstrações sobre numerosas facetas do crescimento econômico, em ambos os casos, o que não será oferecido nesse documento. Ainda assim, são reveladoras as figuras, inclusive pela forte similaridade das linhas indicadas, em relação aos quatro fatores de produção. O fator “capital” se refere aos investimentos realizados, em especial, em estruturas e benfeitorias, como equipamentos pesados de irrigação, aviários ou estufas, máquinas diversas e equipamentos. Mas não inclui o fator “terra”, tratado separadamente. Já o fator de produção “insumos intermediários” agrega fertilizantes, agroquímicos e, em especial, diversos serviços, notando que este último se amplia fortemente com a modernização do sistema agroalimentar e o crescimento das cadeias produtivas dos

diferentes ramos da produção animal e vegetal. Por fim, o fator “trabalho”, tratado isoladamente na forma de gastos com salários.

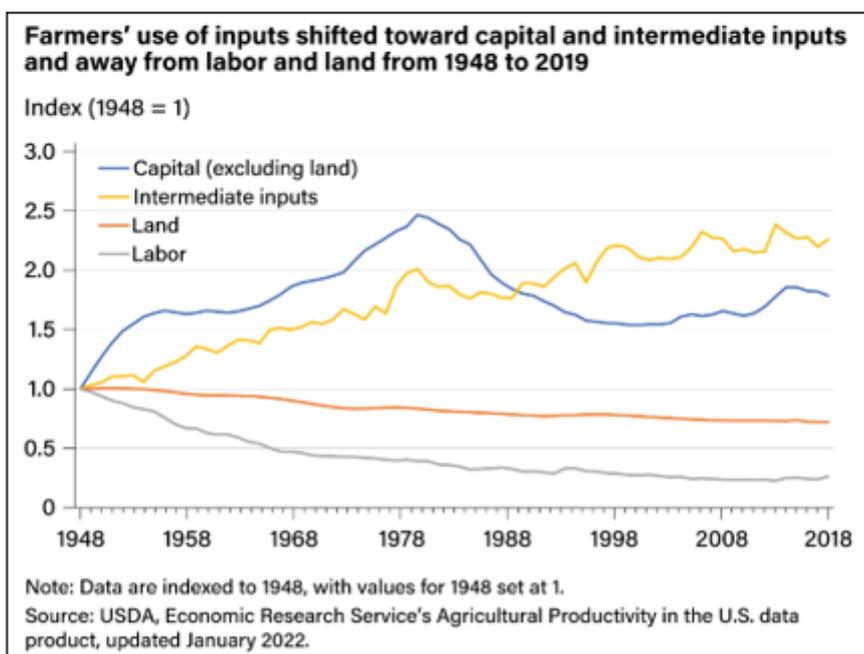
Genericamente, se for analisado um setor econômico qualquer que se moderniza em sentido amplo (incluindo sua intensificação tecnológica), necessariamente dois movimentos sempre serão resultantes, percebidos até mesmo pelo senso comum. A maior intensidade tecnológica implicará, quase sempre necessariamente, na substituição de trabalho manual por trabalho mecânico – isto é, deverá cair a utilização de força de trabalho (ou trabalho contratado) por unidade produtiva – a firma ou o estabelecimento rural. E, como elemento central da mudança, haverá a condução do negócio, em especial, em função do aumento da produtividade. Se é assim, genericamente, a economia agropecuária não seria exceção, em ambos os casos. Nos Estados Unidos, em setenta anos, o total da força de trabalho caiu 74%, enquanto no Brasil a redução foi bem menor (aproximadamente 20%) e em tempo mais curto e esta diferença, como é evidente, deve-se aos tempos distintos durante os quais se verificou a materialização da intensificação produtiva. Muito mais antiga e anterior no caso norte-americano (“explodindo” a partir da década de 1950), enquanto no Brasil esse movimento de expansão foi desencadeado somente a partir do final da década de 1990, e realmente observou altas taxas de crescimento no primeiro decênio desse século.

Em relação à produtividade, no caso brasileiro há, inclusive, um ponto específico de identificação, que foram os anos finais da década de 1990, quando se observou numericamente a chamada “quebra estrutural” da produtividade total de fatores, indicada na figura pela elipse verde que circunda a passagem entre os séculos. O fenômeno foi pioneiramente identificado por José Garcia Gasques e seus colaboradores, os quais estimaram um aumento significativo do indicador. Até então, naquele decênio, a PTF vinha subindo a uma taxa anual média de 2,92% mas, a partir de 1997, saltou para 4,53% ao ano – taxa mantida até, pelo menos, 2015 (Gasques et al, 2017, p. 136). Enquanto isso, nos Estados Unidos, durante as sete décadas sob estudo, o produto agropecuário total cresceu a uma taxa anual de 1,42%, mas a produtividade respondeu por 1,36% daquele indicador (Wang et al, 2022).

Padrão de crescimento da agricultura brasileira 1975-2021



Padrão de crescimento da agricultura dos Estados Unidos (1948-2019)



Fonte: Wang et al, 2022

A comparação entre os dois casos indica diversas, mas, em particular, duas diferenças mais evidentes: primeiramente, o *“timing”* do crescimento mais significativo da economia agropecuária, pois nos Estados Unidos, como antes citado, é padrão que foi fortemente animado já na década de 1940 e sempre se manteve significativo. E o caso brasileiro, como acentuado, é mais recente. Em acordo com diversos estudiosos do desenvolvimento agrário do país, apontam para um processo que teria sido

primeiramente desencadeado nos anos setenta (Klein e Vidal, 2020; Navarro, 2022). Esta diferença, obviamente, se reflete em estruturas econômicas, institucionais, formas de produção e configurações tecnológicas que, no primeiro caso, já haviam sido consolidadas há um bom tempo, parte delas já nos anos setenta.

Mas é iluminador, contudo, para os propósitos desse comentário, indicar que existe uma lógica comum entre as duas histórias rurais e essa similaridade se dá precisamente em função da natureza do regime econômico e, após a sua expansão e consolidação, em face das crescentes semelhanças entre os sistemas agroalimentares.

A segunda diferença a ser realçada diz respeito à estrutura tecnológica e às possibilidades de crescimento via produtividade. Evidentemente, tendo os Estados Unidos afirmado uma configuração tecnológica que há muito é a mais moderna do mundo, as chances de crescimento acelerado da PTF foram sendo relativamente reduzidas ao longo das décadas, pois aumentar sempre a produtividade vai encontrando barreiras de todas as ordens, à medida que se atinge o seu teto em acordo com o progresso técnico disponível. Por esta razão, relativamente, o crescimento da PTF no Brasil tem sido muito mais expressivo do que nos Estados Unidos, a partir da década de 1990 em diante.

Em síntese, as duas figuras sugerem: (a) a forte perda de importância do fator trabalho; (b) a igual perda de importância relativa do fator terra, embora com redução mais lenta no caso brasileiro, em função da possibilidade ainda existente de aumento da área plantada (o que não é mais possível nos Estados Unidos); (c) a tendência de crescimento, sem desaceleração, devida ao papel dos insumos intermediários, pois esses, se a expansão geral do produto se mantém, sempre irão também crescer paralelamente, e (d) finalmente, as diferenças no papel do fator “capital” entre os dois países, com o caso norte-americano mostrando uma queda a partir do final dos anos setenta e somente voltando a crescer após 2010, enquanto o caso brasileiro vem mostrando um crescimento permanente e significativo, a partir do final dos anos noventa e depois da referida “quebra estrutural” da PTF. Embora não sendo aprofundado (ou demonstrado) nesse comentário, é evidente que essas diferenças refletem, sobretudo, a força geral do capitalismo como regime econômico dominante. De um lado, a economia mais forte do planeta, mas, no caso do Brasil, uma economia claudicante, inclusive mostrando, há diversos anos, um preocupante processo de desindustrialização. Por esta e outras razões, as alternativas de investimento são muito diferentes entre os dois países, assim refletindo as decisões dos agentes econômicos de ampliar (ou não) a presença de capital na economia agropecuária. Lembrando que no final da década de 1970 e início do decênio seguinte a agricultura norte-americana experimentou uma grande crise, o que igualmente explica a queda de investimentos de capital indicada na figura.

Por fim, os indicadores acima apresentados e concisamente discutidos também devem alertar para outros possíveis ângulos de análise. Sem se estender longamente, bastaria introduzir dois temas: se o fator terra perde importância para promover o crescimento da agropecuária e, adicionalmente, o fator

trabalho desaba com a expansão do sistema agroalimentar, por que ainda, no Brasil, a política de reforma agrária consta de certas agendas políticas? Se a hegemonia do capital se torna tão avassaladora, concentrando riqueza e determinando os investimentos, além de ampliar fortemente a distância tecnológica entre os estabelecimentos rurais, como imaginar que pequenos produtores rurais empobrecidos e com limitado acesso aos mercados e às tecnologias modernas poderão sobreviver à competição intercapitalista?

Essas e diversas outras perguntas e possibilidades analíticas deveriam fazer parte de uma intensa agenda de debates sobre o desenvolvimento agrário brasileiro. Infelizmente, não tem sido assim, o que explica a disseminada insuficiência de compreensão sobre o tema geral e, ao mesmo tempo, assegura a permanência de inúmeros mitos e equívocos nas leituras sobre o capitalismo agrário do país.

Referências:

- Barros, G. S. C. O agronegócio brasileiro no pós Segunda Guerra Mundial: o processo de transformação e seus resultados. In: Barros, G. S. C. e Navarro, Z. (orgs). **O Brasil rural contemporâneo: interpretações**. São Paulo: Baraúna, 2022, p. 122-187
- Gasques, J. G. et al. Impacto do crédito rural sobre variáveis do agronegócio. In: **Revista de Política Agrícola**, ano XXVI, nº 4, 2017, p. 132-140
- Gasques, J. G. et al. Fatores de crescimento da agropecuária brasileira. Brasília: MAPA (trabalho não publicado), 2023
- Klein, H. e Vidal, F. L. **Alimentando o mundo. A transformação da moderna economia agrícola do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2020
- Navarro, Z. O Brasil rural de ponta-cabeça. In: Navarro, Z. **A economia agropecuária do Brasil. A grande transformação**. São Paulo: Editora Baraúna, 2020, p. 9-41
- Wang, S. L. et al. US agricultural output grown slower in response to stagnant productivity growth. In. **Amber Waves**, 27 de outubro de 2022, Washington: Economic Research Service, US Department of Agriculture

Zander Navarro

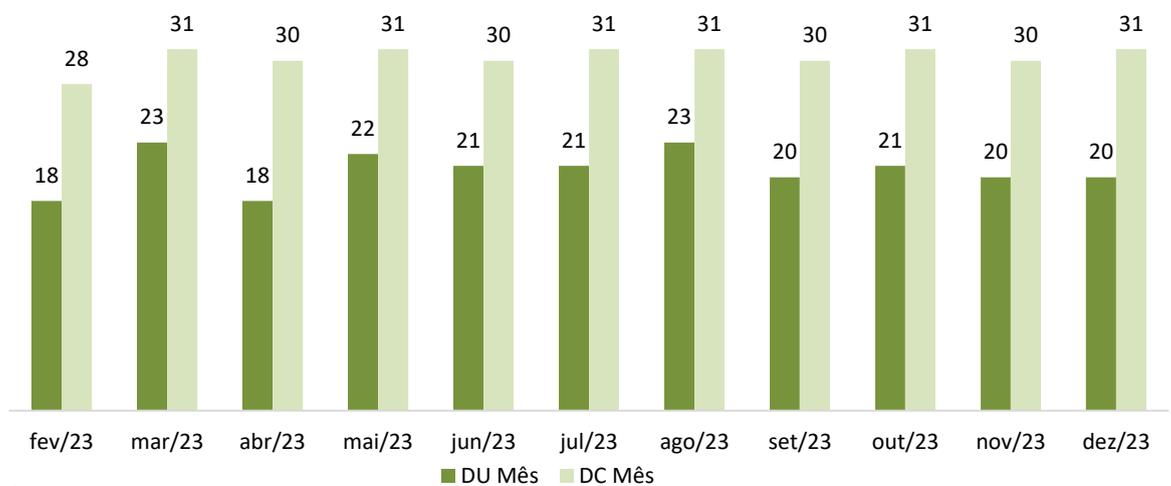
Convidado (Embrapa e Secretaria de Política Agrícola/MAPA)

Palavra do Gestor

Prezado investidor, em fevereiro, o SNAG apurou um resultado distribuível de R\$ 4.017.491,45 (equivalente a R\$ 1,33 por cota). Deste montante, R\$ 3.180.000,00 (equivalente a R\$ 1,06 por cota) foram distribuídos aos cotistas, enquanto R\$ 801.590,47 (equivalente à R\$ 0,27 por cota) foram acumulados para períodos futuros.

Aproveitamos esse espaço para ressaltar o motivo da redução na distribuição dos rendimentos. O portfólio do Fundo é 89% composto pelo CRA Boa Safra, que possui apuração dos rendimentos por dias úteis. Por natureza, o mês de fevereiro possui 28 dias em anos não bissextos, além do feriado de carnaval. Esse ano, portanto, foram apenas 18 dias úteis no mês, conforme ilustrado no gráfico apresentado adiante nesta carta. Pela ótica do time de gestão, a dinâmica de ajustar o resultado ao número de dias úteis do mês, é a mais adequada e assertiva dado que reflete a realidade dos acontecimentos.

Comparativo - Dias Úteis x Corridos



Fonte: Suno Asset

Por fim, em fevereiro, não houve nenhuma mudança no portfólio do Fundo. O time de gestão segue atuando de forma ativa na avaliação de oportunidades que apresentem risco x retorno positivamente assimétricos para integrar o portfólio do Fundo no futuro.

Nos colocamos à disposição para quaisquer dúvidas ou esclarecimentos.

Equipe de gestão, **SUNO ASSET**.

ANEXO

RENDIMENTOS DISTRIBUIDOS - FEVEREIRO de 2023

Recibo	Data COM	Data Pagamento	Quantidade Cotas	DU Fevereiro	Distribuição por cota
SNAG11	15/03/2023	27/03/2023	3.000.000	18,00	R\$ 1,06